



Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Entre a Cultura Histórica e a Cultura Historiográfica: implicações, problemas e desafios para a historiografia¹

Fabricio Gomes Alves²

Resumo:

Os processos de globalização, o multiculturalismo, as tensões em torno dos fenômenos sociais locais e globais e as críticas a noção de progresso e verdade científica absoluta, colocaram os debates que giram em torno da cultura no centro da historiografia contemporânea. Diante desse quadro, procuramos no artigo que ora apresentamos discutir alguns dos aspectos que se relacionam à categoria de cultura histórica. Tal reflexão foi exposta em quatro partes. Inicialmente, destacamos os processos históricos que determinaram a emergência da categoria em questão. Em seguida, nos esforçamos para, em linhas gerais, precisar o sentido e diferenciar as categorias cultura histórica e mentalidade histórica. Por fim, observamos algumas das possibilidades de aplicação dessa categoria no âmbito da história da historiografia. Todos esses aspectos discutidos objetivam, uma melhor compreensão da virada historiográfica a que foi submetido o conhecimento histórico durante a segunda metade do século XX. Tais alterações colocaram, de fato, a escrita da história diante de verdadeiros desafios.

Palavras-chave: Teoria da historiografia; Cultura histórica; História cultural.

Résumé

Les processus de mondialisation, le multiculturalisme, les tensions autour de l'échelle locale et mondiale des phénomènes sociaux et la critique de la notion de progrès et de la vérité scientifique absolue, des discussions qui tournent autour du centre de la culture dans l'historiographie contemporaine. Dans ce cadre, nous présentons dans l'article que examiné certains des aspects qui se rapportent à la catégorie de culture historique. Cette réflexion a été exposé en quatre parties. Au départ, nous mettons en évidence les processus historiques qui ont conduit à l'émergence de la catégorie en question. Ensuite, nous nous efforçons pour, en général, de définir le sens et la distinction entre les catégories de culture historique et mentalité historique. Enfin, nous avons observé quelques-unes des possibilités d'application de cette catégorie dans l'histoire de l'historiographie. Tous ces aspects abordés objectif, une meilleure compréhension de la tour historiographique qui a subi la connaissance historique au cours de la deuxième moitié du XXe siècle. Ces changements ont, en fait, l'écriture de l'histoire en face de véritables défis.

Mots-clés: Théorie de l'historiographie; Culture historique; Histoire culturelle.

Uma das contribuições mais importantes de Michel de Certeau para a teoria da historiografia foi, sem dúvida, o deslocamento de olhar operado em torno da pesquisa e escrita da história. Ao apontar os condicionantes ou determinações que imprimem verdadeiras marcas na elaboração do discurso historiográfico, Certeau chama atenção não para aquilo que obtemos como o resultado final de uma pesquisa historiográfica, mas sim para os mecanismos de fabricação que compõe essa mesma pesquisa. Assim, para desvendar os silêncios que regulam as práticas discursivas dos historiadores, seu interesse desviava do produto da historiografia para o processo produtivo dessa mesma (CERTEAU, 2007: p. 66-77).

Diante disso, torna-se coerente apontarmos alguns dos condicionantes que contribuíram para que escolhêssemos refletir sobre as questões relacionadas à cultura histórica e historiográfica. Assim, discutiremos, no texto que segue, questões importantes relacionadas à cultura histórica e a cultura historiográfica. Tendo como objetivo uma maior clareza na exposição das ideias, dividimos esse artigo, que tem por objetivo discutir as categorias de cultura histórica e cultura historiográfica, em quatro partes. Na primeira, nos esforçamos para situar os processos históricos que, em certa medida, determinaram a emergência da categoria de cultura histórica. Em um segundo momento, adentramos nas difíceis discussões que se arriscaram a delimitar ou circunscrever aquilo que se entende por cultura histórica e historiográfica. No terceiro ponto, atentamos para as semelhanças e diferenças existentes entre as noções de cultura histórica e mentalidade histórica. Por fim, discutimos os ganhos e proveitos que a categoria de cultura historiográfica pode oferecer para as análises circunscritas nos domínios da história da historiografia.

Processos históricos conturbados e paradigmas epistemológicos emergentes: considerações sobre o desenvolvimento das categorias cultura histórica e cultura historiográfica

As questões que circunscrevem as categorias cultura histórica e cultura historiográfica são, na contemporaneidade, de natureza profunda e, acima de tudo, complexa. Tomados em si mesmos, cada um desses termos expressa níveis de articulações conceituais que permitem observar os fenômenos sócio-históricos sob os mais diferentes aspectos. Cada um deles são, assim, verdadeiras *constelações conceituais*³, pois, constituem espécies de eixos que articulam, em diferentes graus de aproximação, uma série de conceitos que lhe são correlatos. Diante disso, faz-se necessário, inicialmente, situarmos e caracterizarmos alguns dos

elementos que compõe e explicam, simultaneamente, a emergência desses conceitos na história da historiografia.

Reinhart Koselleck, ao discutir os limites e interinfluências existentes entre os domínios da História dos Conceitos e História Social, oferece-nos importantes orientações para uma melhor compreensão da procedência de conceitos ou vocábulos. Para esse historiador alemão, o pesquisador que se dedica ao estudo dos conceitos deve nutrir preocupações que ultrapassem os universos da análise semântica ou lingüística, estabelecendo, também, como meta nas suas observações, a análise da estrutura da sociedade. A situação política e social onde emerge uma maneira de pensar ou escrever, as orientações que determinado grupo, instituição, corporação ou nação alimentam sobre o presente, passado ou futuro, os conflitos políticos e sociais em torno das batalhas semânticas que tem por objetivo ordenar e classificar os conceitos (KOSELLECK, 2006: p. 100-103). Atentar para todos esses elementos, como veremos, é fundamental para entendermos a força que os conceitos de cultura histórica e historiográfica adquiriram durante a segunda metade do século XX.

Acreditamos que se seguirmos os enalços elaborados a respeito do termo cultura, encontraremos importantes elementos que nos ajudarão a melhor compreender a emergência dessas *constelações conceituais* expostas acima. Dessa forma, historicizando, brevemente, algumas das orientações forjadas no Ocidente em torno do termo cultura, torna-se possível situar não apenas as variações de sentido que esse termo teve ao longo do tempo, mas também demarcar e caracterizar alguns dos processos históricos que impulsionaram grandes transformações no âmbito das ideias. Desde já, gostaríamos de esclarecer que as nossas pretensões acerca da historicização desse termo, não têm como objetivo esgotar ou mesmo aprofundar as inúmeras representações, que variaram no tempo e no espaço, produzidas a respeito do que se entende por cultura⁴.

Assim, apoiando-se nas periodizações estabelecidas por Clifford Geertz e Ciro Flamarion Cardoso, dividiremos as acepções em torno da cultura em três períodos: o primeiro inicia-se, ainda, no século XIX e estende-se até a Primeira Guerra Mundial; o segundo inicia-se, então, no primeiro quartel do século XX e estende-se até a Segunda Guerra Mundial; o terceiro desenrola-se também ao longo do século XX, especificamente, depois da Segunda Grande Guerra⁵.

De uma forma geral, podemos dizer que o primeiro momento caracteriza-se por pensar a cultura como uma propriedade universal da vida social humana radicalmente distinta da natureza. Nessa conjuntura, marcada pelo processo histórico de expansão colonial, as diversas

culturas eram divididas e classificadas a partir de critérios que prezavam pela separação e distanciamento das sociedades em relação à natureza. Alimentadas por correntes como o evolucionismo e atrelado as ideias de linearidade, progresso, razão e luz, as representações sobre a cultura e identidade tenderam a criar estereótipos estáticos ao apresentar um abismo entre o homem branco, ocidental e civilizado e os povos primitivos, bárbaros e inferiores (GEERTZ, 2001: p. 217; CARDOSO, 2005: p. 368).

Já durante o segundo momento, marcado pela consolidação colonial e pelo crescimento do trabalho de campo em ilhas ou reservas, o conceito de cultura alargou-se, porém, manteve-se ainda encerrado em definições que entendiam as formações culturais como homogêneas, coesas e autônomas. Nutrida pelo funcionalismo e motivado pelo desejo de assegurar o domínio colonial, as representações acerca da cultura e identidade não enfatizavam os conflitos, a violência, a exploração e a dominação, advindas do encontro cultural. O contato cultural era, assim, amenizado e tanto a cultura quanto a identidade eram vistas como conceitos homogêneos e harmônicos (GEERTZ, 2001: p. 217; CARDOSO, 2005: p. 368).

Por fim, o terceiro momento, assinalado por processos históricos como a desintegração colonial, a expansão dos direitos civis, as rebeliões estudantis, o surgimento do movimento das mulheres e a globalização, caracteriza-se pelas alterações drásticas perante os conceitos de cultura e identidade (EAGLETON, 2005: p. 44). Nesse novo contexto, as formações culturais e sociais são compreendidas como heterogêneas, misturadas, variadas, porosa, dispersas e entrelaçadas. As ideias que sustentavam a possibilidade de apreender os fenômenos culturais como totalidade ou consenso, pretendendo com isso oferecer uma definição absoluta, passaram a ser consideradas insustentáveis e inviáveis. Como resultado, a integralidade das identidades culturais, base sólida da racionalidade moderna, torna-se algo cada vez mais distante e inatingível. A fragmentação e as especificidades da cultura emergem, assim, com bastante força e intensidade, proporcionando outra lógica, dinâmica e ordenação as identidades culturais (GEERTZ, 2001: p. 218).

Boaventura de Sousa Santos, ao discutir os aspectos que se referem à globalização, ajuda-nos a melhor compreender os motivos que colaboraram para que as categorias de cultura histórica e cultura historiográfica emergissem no atual momento da historiografia⁶. Esse sociólogo caracteriza a globalização como fenômenos políticos, sociais, econômicos, demográficos, culturais e jurídicos que se manifestam e repercutem em escalas locais e globais. Nesse novo contexto, destacam-se as interações transnacionais e transfronteiriças que alteraram dramaticamente os fenômenos de ordem econômica, política e cultural. A

integração do sistema produtivo em escala global, o desenvolvimento de um mercado financeiro internacional, os conflitos que eclodem por conta dos deslocamentos territoriais em massa, o desenvolvimento de meios de comunicação de massa e a cultura como mercadoria ou informação vazia; todos esses fatores geraram conflitos, tensões e contradições que problematizaram não apenas a idéia de Estado-nação típica da modernidade⁷, mas, também, puseram em questão a própria racionalidade moderna (SANTOS, 2002: p. 25-29).

A crise do paradigma científico, fruto desses processos históricos, possibilitou o surgimento de uma noção pós-moderna⁸ de cultura e identidade que, por sua vez, passou a rivalizar com as noções que a modernidade desenvolvera acerca desses conceitos (EAGLETON, 2005: p. 42). De uma forma geral, podemos dizer que as críticas a racionalidade moderna trouxeram como consequência fissuras epistemológicas que, de forma específica, repercutiram no conjunto das ciências, sejam elas exatas ou sociais. A historiografia viu-se, assim, diante daquilo que ficou conhecido como a crise da razão histórica, uma crise que abalou, sobretudo, os seus fundamentos. Dessa forma, é nesse contexto, de processos históricos conturbados e desenvolvimento de paradigmas epistemológicos emergentes, que se situa, na história da historiografia, as problemáticas em torno das categorias de cultura histórica e cultura historiográfica.

Cultura histórica e cultura historiográfica: tentativa(s) de delimitação(es)

A complexidade e a amplitude dos conceitos correlatos, bem como a consideração dos processos históricos que se relacionam aos termos de cultura histórica e cultura historiográfica, faz com que qualquer tentativa de definição acerca de ambas as noções torne-se difícil. Todavia, todos esses obstáculos não se transformaram em impedimentos para alguns historiadores que, através de esforços objetivando a sistematização, tentaram avizinhar-se daquilo que nomeamos como cultura histórica e historiográfica. O professor Elio Chaves Flores (2007: p. 95), por exemplo, em um texto intitulado *Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica*, procura nos aproximar do significado desse conceito quando afirma que

Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de uma saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais,

memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais.

Através dessa passagem, percebemos o quanto, nessa nova conjuntura que emerge após a Segunda Guerra Mundial, os historiadores ampliaram as representações em torno do passado para agentes e meios que estão para além da disciplina historiográfica e de um saber histórico escolar (FLORES, 2007: p. 85). Assim, enquanto nos séculos XIX e primeira metade do XX, período em que a racionalidade moderna exerceu plena hegemonia, os historiadores eram considerados como únicos agentes autorizados a discursarem acerca das representações do passado em torno da cultura, identidade e cidadania, na segunda metade do século XX, da mesma forma que no início do século XXI, eles se vêem desprovidos do monopólio de produção e difusão de uma cultura histórica, tendo que atuar interativamente com outros agentes⁹.

Do ponto de vista epistemológico, Astor Antônio Diehl oferece-nos interessantes reflexões sobre essa mudança de orientação teórica. Suas asserções atentam, sobretudo, para a falência das explicações macro-estruturais, que trouxeram como conseqüência o alargamento das representações sobre o passado. Diehl, ao discutir as mudanças paradigmáticas que geraram a crítica e posterior afastamento das explicações estruturais, aponta para a derrocada das grandes narrativas que “cede lugar à consciência de viver numa época multicultural e de interesses pluriorientados” (DIEHL, 2002: p. 13-14). Nesse novo contexto, caracterizado pela exposição total das ruínas resultantes do processo de modernização, os modelos conceituais enfraquecem-se em detrimento da memória. Enquanto fonte, esta última, seja sob a forma de memória individual ou coletiva, permite múltiplas leituras, alargando e complexificando, dessa forma, os horizontes acerca das representações sobre o passado (DIEHL, 2002: p. 14-16).

A já citada professora Rosa Godoy, ao discutir os aspectos que compõem as ideias de representação e territorialidade, permite-nos ampliar ainda mais o debate naquilo que se refere à multiplicidade de representações sobre as experiências humanas no tempo. Quando expõe e comenta algumas das ideias dos filósofos contemporâneos Deleuze e Guattari, a autora aborda questões relevantes, tais como o deslocamento operado na categoria de representação, que deixou de ser entendido como reflexo e unificador e passou a ser visto como algo reflexivo e heterogêneo. Diante desse novo quadro, caracterizado pela multiplicidade e multiculturalismo, os historiadores alargaram a compreensão sobre o passado e, simultaneamente, passaram a apresentar mais reservas quanto ao uso indiscriminado de definições ortodoxas (SILVEIRA, 2007: p.35).

Um dos resultados dessa mudança de orientação teórica manifesta-se no valor e atenção que a historiografia começa a dedicar aos fenômenos históricos específicos e particulares. No entanto, devemos atentar para o fato de que as considerações acerca desses fenômenos particulares não podem desconsiderar as interconexões existentes entre essa particularidade e os fenômenos gerais. Sem sucumbir diante de uma história culturalista, que objetiva apenas descrever minuciosamente as articulações que cercam a produção, transmissão e recepção do conhecimento histórico, a categoria de cultura histórica, tal qual nos filiamos, acredita ainda ser possível construir explicações, e não apenas descrições, em torno dessas articulações expostas acima¹⁰. Todavia, é importante ressaltarmos que as fissuras epistemológicas, registradas anteriormente, trouxeram como consequência um maior cuidado no que diz respeito à elaboração dos conjuntos explicativos. Ante essa crise de princípios, os historiadores passaram a negar qualquer tentativa de definição apriorística, inscrita sob a forma de modelos ou sentido da história, que pretenda transcender o real.

O conjunto dessas observações, descrita acima, obrigou os historiadores à por em pauta as discussões referentes ao seu ofício, levando, também, os mesmo a se questionarem sobre a função social e cultural da história. A professora Joana Neves, não deixa de chamar atenção para essa problemática quando, em texto intitulado *Participação da Comunidade, Ensino de História e Cultura Histórica*, define a cultura histórica como a “identidade social de uma dada sociedade”. A cultura histórica seria, assim, a parte concreta de uma sociedade mais ampla, construída a partir de um conhecimento histórico que associa o autoconhecimento da comunidade a uma visão crítica do processo histórico. A autora acredita que a construção de uma cultura histórica entrecruzada, entre o ensino de história e a comunidade, seria imprescindível para a efetivação da cidadania (NEVES, 2000/ 2001: p. 35-36).

Dessa forma, tanto o ensino de história escolar quanto o acadêmico, teriam um papel político e social relevante, na medida em que atuariam junto com outros agentes e meios, próprios de uma dada comunidade, na elaboração das representações sobre o passado. Todavia, Joana Neves (2000/ 2001: p. 43) problematiza essa questão quando afirma que a cultura historiográfica, ou mesmo a cultura histórica escolar, comumente, disputam com a memória coletiva o domínio acerca das representações sobre o passado. Diante desse confronto, eis a pergunta capital: Quem deve deter prioridade sobre as representações do passado? A história científica ou ao senso comum da memória coletiva?

Questão aparentemente simples, mas que traz em seu bojo uma problemática complexa que gira em torno da redefinição da racionalidade. Nesse ponto, as fendas que

separam o paradigma de ciência moderna e pós-moderna, parecem guardar duas proposições diferentes acerca da mesma indagação. De um lado, a crítica a “racionalidade etnocêntrica” e a aposta na “racionalidade consciente”, que se associa ao fato histórico comprovável e a história científica, capaz de diferenciar o real da ficção (FLORES, 2007: p. 100). Do outro lado, as críticas e o rompimento com a exclusividade das verdades científicas e a aposta na hermenêutica, que prioriza as interpretações e a experiência em detrimento da abstração e das explicações (DIEHL, 2002: p. 14). A questão, longe de ser esgotada, continua ainda em aberto e nos conduz a difíceis e entrecruzadas interrogações epistemológicas.

Mentalidade versus Cultura: considerações acerca da categoria de mentalidade histórica

Inegavelmente, a penetração que a historiografia francesa obteve no Brasil deve ser considerada como um aspecto relevante para todos aqueles historiadores interessados em perscrutar as formas que determinados temas, conceitos, teorias ou metodologias, adquiriram na historiografia brasileira. Em se tratando do conceito de cultura histórica, é importante atentarmos para a influência que as formulações dos historiadores franceses tiveram, sobretudo, enquanto orientação teórica, na cultura historiográfica brasileira.

Dentre os que discutem essa categoria, destacam-se, até onde podemos perceber, autores como Bernard Guenée e Jacques Le Goff. No que se refere ao primeiro, podemos afirmar que expõe aquilo que compreende como cultura histórica, em obra, não traduzida ainda para o português, intitulada *Histoire et Culture Historique dans l'Occident Médiéval*¹¹. Apesar de ser um autor menos conhecido no Brasil¹² se comparado a Le Goff, suas ideias circularam entre alguns historiadores brasileiros, dentre os quais destaca-se Evaldo Cabral de Mello. Este último, abre a sua obra *Rubro Veio*¹³ com uma epígrafe que expressa o pensamento de Guenée sobre a relação entre a história e a memória.

Como dissemos acima, Jacques Le Goff também pode ser apontado como um dos principais historiadores franceses que veicula ideias acerca da categoria de cultura histórica. Representante da terceira geração dos *Annales*, esse historiador tem inúmeros trabalhos traduzidos em língua portuguesa. Suas obras foram traduzidas tanto no Brasil quanto em Portugal, países onde a historiografia dos *Annales* repercutiu veementemente. Dentre os inúmeros trabalhos de Le Goff publicados no Brasil, destacamos, sobretudo, a coletânea de ensaios do autor, reunidos sob o título de *História e Memória*¹⁴. Nesse livro, que tem grande circulação na historiografia brasileira, como atestam suas várias edições, é exposta de forma explícita a categoria de cultura histórica. Tendo em vista a atestada receptividade que o autor

dispõe no Brasil, analisaremos, a partir desse momento, aquilo que Le Goff compreende como cultura histórica.

Para enfrentar essa difícil tarefa, o autor em questão parte da definição de Bernard Guenée, que estabelece como cultura histórica “a bagagem profissional do historiador, sua biblioteca de obras históricas, o público e a audiência dos historiadores” (GUENÉE, apud LE GOFF, 1996: p. 47). No entanto, apesar de, aparentemente, adotar essa orientação, Le Goff não deixa de exprimir reservas a Guenée quando acrescenta que sua preocupação, no que se refere à cultura histórica, estende-se também para a relação que uma determinada sociedade mantém com o passado. A partir desse momento, o historiador dos *Annales* começa a associar e usar como sinônimo as categorias mentalidade histórica, psicologia coletiva e cultura histórica (LE GOFF, 1996: p. 47). Apesar de reconhecer alguns dos riscos característicos de uma abordagem orientada a partir da noção de mentalidade, o autor, contraditoriamente, afirma ser possível e viável uma análise sobre a multiplicidade de representações do passado, orientada pelo conceito mentalidade (LE GOFF, 1996: p. 48).

O professor Flores (2007: p. 95) chama atenção para essa incoerência, quando afirma que as categorias “cultura histórica e mentalidade histórica não podem ser portadoras epistemológicas de uma mesma significação”. De fato, a noção de mentalidade, forjada pelos primeiros *Annales* na primeira metade do século XX, parece defasada perante os problemas e orientações que caracterizam aquilo que se entende como cultura histórica. Enquanto modelo de história cultural, que floresceu no entre-guerras junto com uma série de outras abordagens sobre a cultura¹⁵, a história das mentalidades e, portanto, o conceito de mentalidade que alimenta a noção de mentalidade histórica, vincula-se aos moldes de racionalidade moderna, hegemônicos durante a primeira metade do século XX. Sendo assim, a concepção de cultura formulada por essa tradição historiográfica francesa mostra-se descompassada, na medida em que compreende as formações culturais como algo homogêneo e harmônico.

Essa concepção de cultura produzida pelo conceito de mentalidade, que é considerada uma espécie de vertente ou faceta específica da história social francesa¹⁶, é criticada, também, por Carlo Ginzburg, que censura as extrapolações indevidas e o caráter interclassista preponderante na história das mentalidades¹⁷. Como herdeira das constatações acerca da mentalidade primitiva ou pré-lógica desenvolvidas por Lucien Lévy-Bruhl, o conceito de mentalidade histórica pensa os fenômenos culturais a partir de uma classificação que coloca em campos opostos cultura e natureza. O resultado é uma espécie de hierarquização das formações culturais, que passam, dentro dessa lógica, a ser entendidas como visões de mundo que evoluem linearmente do simples para o complexo.

Todas essas advertências ajudam-nos a melhor compreender os motivos que fazem com que o termo mentalidade histórica seja portador de uma outra significação epistemológica, diversa daquela que caracteriza a cultura histórica. A estruturação excessiva das análises, a atenção oferecida às permanências e ao inconsciente coletivo, as generalizações desproporcionais e o seu caráter interclassista são elementos que dificultam o desenvolvimento de uma abordagem mais voltada para a multiplicidade. De fato, a categoria de mentalidade histórica adotada por Le Goff tende, apesar do esforço do autor, a homogeneizar as diversas e múltiplas representações sobre o passado.

Essa tendência à homogeneização das representações sobre o passado pode ser percebida, quando o autor tenta sintetizar, brevemente, as diversas relações que as sociedades ocidentais mantiveram com o seu passado ao longo do tempo¹⁸. Le Goff, que não questiona os processos de produção, circulação e recepção das diversas culturas históricas consideradas, acaba desenvolvendo a mesma concepção de cultura interclassista, outrora contemplada por Febvre. Além disso, essa propensão em torno do homogêneo faz com que, ainda, não se perceba, facilmente e claramente, os limites entre a cultura histórica e a cultura historiográfica. Le Goff (1996: p. 48), afirma que tomou, em sua investigação, “os historiadores como os principais intérpretes da opinião coletiva”, porém, procurou “distinguir as suas ideias pessoais (dos historiadores) da mentalidade coletiva”. Contudo, na medida em que a categoria de mentalidade histórica tende a estruturar suas análises sobre a cultura, essa orientação torna-se opaca ao longo do seu exame, gerando, assim, dificuldades em torno da distinção entre os agentes e meios próprios de uma cultura histórica, bem como os agente(s) e meios específicos de uma cultura historiográfica.

Diferentemente dessa abordagem, a orientação expressa pela categoria cultura histórica preza, justamente, pelo multiculturalismo, exposto na pluriorientação das representações sobre o passado. A articulação que esta guarda ainda entre cultura e economia política permite a elaboração de uma análise que ultrapassa a abordagem interclassista. A cultura deve ser pensada, assim, em uma abordagem orientada pela categoria de cultura histórica, não enquanto fenômeno histórico homogêneo e harmônico, mas sim como um campo heterogêneo e conflituoso. Especialmente nesse momento, fase de desenvolvimento do capitalismo tardio, a cultura, que cada vez mais assume a forma de representação sobre o passado, deve ser considerada como produtos culturais, verdadeiras mercadorias que, como quaisquer outras, estão sujeitas à produção, circulação e consumo (FLORES, 2007: p. 84-94). Essas questões, assim como muitas outras, não são consideradas por Le Goff. É uma pena,

pois, são justamente elas que inviabilizam a equivalência entre as categorias de mentalidade histórica e cultura histórica.

Entre a cultura histórica e a cultura historiográfica: apontamentos relacionados a uma orientação teórica circunscrita nos domínios da história da historiografia

Apesar das insuficiências apontadas à categoria de mentalidade histórica veiculada por Le Goff, não podemos negar que o mesmo, assim como os outros autores discutidos ao longo do texto, oferecem reflexões importantes, que ajudam a pensar a cultura histórica enquanto orientação teórica. Longe de ter apenas um propósito vazio, toda essa discussão teórica e conceitual empreendida proporciona diretrizes que servem, antes de tudo, enquanto orientação para pesquisas desenvolvidas no campo da história. Diante disso, gostaríamos de destacar alguns dos aspectos pertinentes que a categoria de cultura histórica oferece, por exemplo, as pesquisas situadas no âmbito da história da historiografia.

Dentro dessa perspectiva, merece menção à relação que Le Goff estabelece entre cultura histórica e história da história, que é a maneira como os historiadores franceses definem a história da historiografia. Le Goff (1996: p. 48-49), atenta para o fato de que a história da história não deve preocupar-se somente com a produção histórica elaborada por historiadores profissionais. Outrossim, essa “modalidade” de estudo historiográfico deve interessar-se, também, pelo conjunto de produções históricas ou representações sobre o passado que constituem a cultura histórica de uma época. Ao colocar essa discussão, o historiador francês permite-nos refletir melhor sobre as interconexões existentes entre a cultura histórica e historiográfica. Até que ponto a memória coletiva ou cultura histórica repercute na cultura historiográfica? Até que ponto uma determinada cultura historiográfica interfere na memória coletiva? Nesse aspecto reside uma questão central que deve ser considerada de forma detida, pois, qualquer tentativa de aplicação arbitrária dessa orientação pode conduzir a extrapolações indevidas.

Além disso, Le Goff (1996: p. 52) faz interessantes ponderações acerca dos determinantes que caracterizam a relação que uma sociedade mantém com o seu passado. Segundo ele, a cultura histórica de uma época está longe de ser determinada apenas pelas relações entre a história e a memória. Em torno das diversas representações sobre o passado, agem também, imprimindo-lhe verdadeiras marcas, as relações entre o presente e o passado. Le Goff, assim, aponta de forma coerente os laços que unem o presente vivido, seja por uma sociedade ou por um historiador, a uma determinada cultura histórica ou historiográfica. Sem

sucumbir no relativismo absoluto, é importante, em qualquer estudo preocupado em analisar a história da historiografia, considerar o presente vivido ou a vida prática cotidiana dos historiadores, pois, esse aspecto determina diretamente a relação que estes teceram com o passado. Todavia, Le Goff não se limita a esses elementos. Ele assinala, ainda, uma série de outros fatores que podem, igualmente, condicionar a cultura histórica ou historiográfica. Os meios técnicos de medição, registro e transmissão do tempo e dos fatos históricos, a oralidade, a escrita, o mito, os elementos étnicos, a religião, as práticas irracionais e as fantasias poéticas são fatores que contribuíram, segundo o autor, para determinar as mais diversas representações sobre o passado¹⁹ (LE GOFF, 1996: p. 48-75).

Astor A. Diehl, também mencionado anteriormente, expõe, da mesma forma que Le Goff, questões importantes, que auxiliam todos aqueles dispostos a se orientar melhor naquilo que se refere à cultura historiográfica. O autor, ao comentar o caráter dual da cultura brasileira (tradicional, moderno), aborda aspectos relevantes que dizem respeito à transmissão, circulação e recepção das ideias. Diehl acredita, que a dualidade manifestada na cultura brasileira é fruto dos processos históricos, das práticas sociais e das realidades culturais específicas. Todas essas experiências particulares, junto aos diversos meios de veiculação das ideias, determinaram, ao longo do tempo, as mais variadas representações sobre o passado elaboradas no Brasil (DIEHL, 1993: p. 7-17).

Partindo dessa premissa, o autor em questão apresenta as três formas de receptividade teórico-metodológica que condicionam a cultura histórica e historiográfica brasileira. Segundo ele, as interpretações ortodoxas, adaptadas e críticas, enquanto formas de receptividade, formam uma espécie de matriz da história da recepção, responsáveis pelo desenvolvimento das estruturas de pensamento e formas de operacionalização (DIEHL, 1993: p. 24-25). Para esse historiador, que desenvolveu uma pesquisa de fôlego acerca da cultura historiográfica brasileira²⁰, a historiografia do nosso país produziu, pelo menos até a crise de paradigmas epistemológicos da década de 1970, um saber histórico e historiográfico pouco alicerçado em sua experiência concreta. Como resultado, então, desenvolveu-se, na historiografia brasileira, uma recepção acrítica dos modelos europeus, que foram elaborados a partir de experiências culturais diferentes da nossa (DIEHL, 1993: p. 33-34).

Diante de tudo que foi dito por Diehl, percebemos o quanto a atenção em torno dos deslocamentos de tempo e espaço é importante em uma análise que objetiva estabelecer as características de uma produção histórica produzida por historiadores. Tempo, espaço e movimento, associado às experiências culturais específicas, determinam, em certa medida, as orientações, as funções e o sentido de uma cultura historiográfica (DIEHL, 1993: p. 32). Esse

mesmo aspecto que associa tempo, espaço e cultura histórica, foi também enfatizado pela professora Rosa M. G. Silveira, que atenta para o fato de que tanto a cultura histórica quanto a historiográfica não devem ser compreendidas como algo estático, homogêneo e atemporal. Ao contrário, ambas devem ser pensadas como portadoras de tempo, espaço e movimento, pois, variam em torno de fluxos de desterritorialização (movimento de deslocamento das identidades culturais), territorialização (movimento de delimitação de novos espaços, representações, identidades culturais) e territorialidade (os espaços, representações e identidades coletivas delimitadas). Toda essa dinâmica, possibilitaria, segundo a autora, a construção do ser, do mundo e da sociedade, configurando, ainda, uma determinada cultura histórica e historiográfica²¹.

Acreditamos que todas essas constatações auxiliam não apenas os pesquisadores que se ocupam da história da historiografia. Antes, elas fornecem subsídios e ferramentas importantes, que ajudam os historiadores a pensar os mais diversos domínios da história. Todavia, tal orientação teórica deve estar submetida ao contato com as fontes, base empírica que aproxima-nos da realidade concreta, que se manifesta a partir dos indícios expostos pela documentação. Somente dessa forma, a aplicação da categoria cultura histórica tornar-se-á coerente e menos sujeita as extrapolações indevidas.

Artigo enviado em: 23/03/2009. Aprovado em: 29/09/2009.

¹ É importante ressaltarmos, que parte das reflexões expostas nesse trabalho foram desenvolvidas, anteriormente, em uma comunicação apresentada, durante o ano de 2008, no *I Colóquio Internacional de História - Sociedade, Natureza e Cultura*, realizado na cidade de Campina Grande – PB. Assim, esse artigo que ora submetemos a apreciação trata-se, na verdade, de uma espécie de expansão desse outro trabalho, outrora apresentado no referido colóquio mencionado acima.

² Aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

³ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A Cultura Histórica em Representações sobre Territorialidades. In: *Saeculum – Revista de História*, ano 13, n.º. 16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2007, p. 33-46. Nesse texto, a autora apresenta os conceitos de representações, territorialidades e cultura histórica como constelações conceituais. Ela considera esse termo como um campo de conhecimento, nucleado por um eixo central, ao qual se articulam uma série de outros conceitos correlatos àquele que é definido como o conceito cêntrico.

⁴ Cardoso, ao discutir os conceitos de sociedade e cultura, afirma que este último termo é bastante polissêmico. Segundo ele, já em 1952 existiam 164 acepções diferentes sobre esse conceito. Ver: CARDOSO, Ciro Flamarion. Sociedade e Cultura: conceitos complementares ou rivais? In: _____. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaio*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 259. Uma interessante discussão terminológica acerca do termo cultura, ainda pode ser vista em: EAGLETON, Terry. Versões de Cultura. In: _____. *A idéia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 9-50.

⁵ É importante ressaltarmos, que essa periodização em torno das diversas acepções do termo cultura foi recortada, a partir das obras dos dois autores, tomando como base a historicização da Antropologia enquanto disciplina científica. Mesmo sendo um recorte restrito em relação ao termo, serve perfeitamente as pretensões que temos nesse artigo. Essas acepções podem ser encontradas nas seguintes obras dos autores: GEERTZ, Clifford. O mundo em pedaços: Cultura e política no fim do século. In: _____. *Nova luz sobre a antropologia*.

Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 217-219. Ver também: CARDOSO, Ciro Flamarion. Op. Cit., nota 2, p. 368.

⁶ Desde já é importante deixarmos claro que quando empregamos o termo historiografia estamos nos referindo a história enquanto disciplina, ou seja, como um conhecimento sobre o passado concreto elaborado cientificamente. Essas discussões terminológicas em torno da polissemia ou anfibologia dos termos história e historiografia podem ser aprofundadas em: ARÓSTEGUI, Julio. Teoria, História e Historiografia. In: _____. A pesquisa em história: teoria e método. Tradução de Andréa Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 23-93.

⁷ GEERTZ, Clifford. Op. Cit., nota 3, p. 201-202. O autor considera a descolonização da África e da Ásia um acontecimento de proporções inegualáveis, ainda mal interpretado pelos historiadores e cientistas sociais, que insistem em compreendê-lo como um fenômeno social análogo aos movimentos nacionalistas europeus ou latino-americanos, ocorridos, respectivamente, no século XVII e XIX. Para esse antropólogo, a “revolução descolonizadora” foi mais do que isso, pois questionou, ao invés de reforçar, os modelos de cultura e Estadação. Esse acontecimento marcaria, assim, a decadência da idéia de potências homogêneas e compactas e a emergência de um padrão pluralista, descentrado e complexo.

⁸ Os movimentos e deslocamentos epistemológicos em torno da emergência de uma ciência pós-moderna ou paradigma emergente podem ser vistos em: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 8^o ed. Porto: Afrontamentos, 1996.

⁹ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Op. Cit., nota 1, p. 42. A definição exposta pela autora acerca do termo cultura histórica assemelha-se bastante as considerações expostas por Elio Chaves Flores. Ela considera a noção de cultura histórica como o conjunto de representações ou interpretações sobre o processo histórico. Este se bifurca em um duplo sentido. Um mais genérico, que se associa à história processo (cultura histórica), e um mais específico, que se associa aos historiadores profissionais (cultura historiográfica).

¹⁰ Para Flores, a categoria cultura histórica constrói-se a partir de uma perspectiva crítica em relação à história cultural. Segundo ele, ambas as orientações se assemelham no que se refere ao interesse que manifestam em investigar as articulações que cercam a produção, a transmissão e a recepção do conhecimento histórico. No entanto, a história cultural preocupa-se apenas em descrever minuciosamente essas articulações, não se propondo, como faz a cultura histórica, a explicar, nem tampouco relacionar, essas articulações com a economia política. cf. FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. In: *Saeculum – Revista de História*, ano 13, n^o. 16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2007, p. 84.

¹¹ GUENÉE, Bernard. *Histoire et Culture Historique dans l'Occident Médiéval*. Paris: Aubier-Montaigne, 1980.

¹² Embora essa obra, que trata diretamente da cultura histórica, não tenha sido publicada em língua portuguesa, existe um outro trabalho do autor que foi publicado no Brasil na década de 1980. O livro, que se chama *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*, talvez ainda esteja esperando uma análise mais detida, interessada em investigar, sobretudo, as possíveis relações que Guenée estabelece entre o tema que desenvolve e a noção de cultura histórica. Assim, para consultar esse trabalho ver: GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. Tradução de Luiza Maria F. Rodrigues. São Paulo: Pioneira, 1981.

¹³ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2^o ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

¹⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

¹⁵ Uma boa discussão sobre a história cultural cultivada no entre-guerras foi feita pelo professor Falcon. Este assinalou a existência de cinco modelos de abordagem sobre a cultura. A história das mentalidades é incluída como um desses modelos, junto com a história das idéias e a história marxista, representada por autores como F. Antal e A. Hauser. Ver: FALCON, Francisco. História das idéias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, P. 92-118.

¹⁶ De acordo com Chartier “o termo *história das mentalidades* é de difícil exportação, parece ser pouco consistente noutras línguas que não o francês, constituindo a fonte de numerosas confusões, o que leva a não traduzir a expressão e a reconhecer assim a irredutível especificidade de uma maneira nacional de pensar as questões”. Ver: CHARTIER, Roger. História Intelectual e História das Mentalidades. In: _____. *A História Cultural: entre Práticas e Representações Sociais*. Lisboa: Difel, s/d, p. 30. Sem dúvida, esse apontamento desse historiador francês reforça, na medida em que chama atenção para a especificidade do conceito de mentalidade, as observações que apontam as limitações do termo mentalidade histórica.

¹⁷ As críticas aventadas por Ginzburg no prefácio da edição italiana de *O Queijo e os Vermes*, dirigem-se, sobretudo, a Lucien Febvre e a sua obra sobre Rabelais. Segundo esse historiador italiano, Febvre teria cometido extrapolações indevidas quando, a partir da investigação de um indivíduo (Rabelais), identificou a estrutura mental de todo o século XVI. Já com relação à noção interclassista, Ginzburg afirma que ela aparece de forma explícita, quando observamos o lugar que Febvre destinou aos camponeses nesse trabalho. Ver: GINZBURG,

Carlo. Prefácio à edição italiana. In: _____. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução de Maria Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 29.

¹⁸ LE GOFF, Jacques. Op. Cit., nota 12, p. 47-75.

¹⁹ No que se refere às determinações impostas à produção de obras históricas elaboradas por historiadores, é importante atentarmos para os apontamentos de Certeau. Valendo-se de uma formulação chamada lugar social, o mesmo ressalta os fatores que condicionam a escrita da história. O autor destaca, assim, a subjetividade dos autores, das instituições do saber e da estrutura da sociedade, como aspectos que determinam a operação historiográfica na qual está envolvido o historiador. Sem dúvida, suas lições, são por demais importantes para os historiadores que desejam aprofundar-se nos aspectos relativos a teoria da historiografia e a história da historiografia. Ver: CERTEAU, Michel de. *Operação Historiográfica*. In: _____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 65-119.

²⁰ Dentre alguns dos trabalhos do autor acerca da cultura historiográfica brasileira destaca-se: DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999. Ver também: DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999.

²¹ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Op. Cit., nota 1, p. 40. Segundo a autora, não existe cultura histórica, seja como símbolo ou domínio, desterritorializada. Ao contrário, o que existe é uma “dinâmica de reciprocidade” que configura, simultaneamente, uma cultura histórica e uma territorialidade, ou seja, um tempo e um espaço. Alguns apontamentos interessantes sobre os fluxos de desterritorialização, territorialização e territorialidade na cultura historiográfica podem ser vistos em: ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Cultura Histórica: territórios e temporalidades historiográficas*. In: *Saeculum – Revista de História*, ano 13, n.º. 16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2007, p. 25.

Referencias Bibliográficas

ARÓSTEGUI, Julio. Teoria, História e Historiografia. In: _____. *A pesquisa em história: teoria e método*. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 23-93.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Cultura Histórica: territórios e temporalidades historiográficas*. In: *Saeculum – Revista de História*, ano 13, n.º. 16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2007, p. 25-31.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Sociedade e Cultura: conceitos complementares ou rivais?* In: _____. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaio*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 255-272.

CERTEAU, Michel de. *Operação Historiográfica*. In: _____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 65-119.

CHARTIER, Roger. *História Intelectual e História das Mentalidades*. In: _____. *A História Cultural: entre Práticas e Representações Sociais*. Lisboa: Difel, s/d.

DIEHL, Astor Antônio. *Introdução*. In: _____. *Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: Edusc, 2002, p. 13-20.

_____. *A matriz da cultura histórica brasileira: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

_____. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999.

_____. *A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999.

EAGLETON, Terry. *Versões de Cultura*. In: _____. *A idéia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 9-50.

- EAGLETON, Terry. A ascensão e queda da teoria. In: _____. *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 43-65.
- FALCON, Francisco. História das idéias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 92-118.
- FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. In: *Saeculum – Revista de História*, ano 13, nº. 16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2007, p. 83-102.
- GEERTZ, Clifford. O mundo em pedaços: Cultura e política no fim do século. In: _____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 191-228.
- GINZBURG, Carlo. Prefácio à edição italiana. In: _____. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução de Maria Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 15-31.
- GUENÉE, Bernard. *Histoire et Culture Historique dans l'Occident Médiéval*. Paris: Aubier-Montaigne, 1980.
- _____. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. Tradução de Luiza Maria F. Rodrigues. São Paulo: Pioneira, 1981.
- LE GOFF, Jacques. A mentalidade histórica: os homens e o passado. In: _____. *História e Memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas, SP: UNICAMP, 1996, p. 47-75.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 97-114.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- NEVES, Joana. Participação da Comunidade, Ensino de História e Cultura Histórica. In: *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa: Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, nº 6/ 7, 2000/ 2001, p. 35-47. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum06-07_art03_neves.pdf. Acesso em: 20 fev. 2009.
- SANTOS. Boaventura de Sousa (Org.). Os Processos da Globalização. In: _____. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-101.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 8º ed. Porto: Afrontamentos, 1996.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A Cultura Histórica em Representações sobre Territorialidades. In: *Saeculum – Revista de História*, ano 13, nº. 16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2007, p. 33-46.